

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**A dimensão social no contexto da extensão rural - Concepções
dos agentes do Programa de ATES do RS**

Artigo de Conclusão de Curso

Fernanda de Queiroz Miranda

Santa Maria, RS, Brasil
2015

A dimensão social no contexto da extensão rural - Concepções dos agentes do Programa de ATES do RS

Fernanda de Queiroz Miranda

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Agricultura Familiar e Camponesa e Educação do Campo do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialização**.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Botton Piccin

Santa Maria, RS, Brasil
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

A comissão avaliadora aprova o artigo de conclusão de curso

A dimensão social no contexto da extensão rural - Concepções dos
agentes do Programa de ATES do RS

Elaborada por
FERNANDA DE QUEIROZ MIRANDA

Como requisito parcial para o grau de
Especialista em Agricultura Familiar e Educação do Campo

COMISSÃO EXAMINADORA:


Dr. Marcos Botton Piccin (Presidente/Orientador)


Dr. Pedro Selvino Neumann (PPGExR, UFSM)


Roberto Ramos (INCRA/SR 11)

Santa Maria, RS, Brasil
2015

RESUMO

Artigo de Conclusão de Curso
Programa de Pós Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

A dimensão social no contexto da extensão rural - Concepções dos agentes do Programa de ATES do RS

Autor: FERNANDA DE QUEIROZ MIRANDA

Orientador: MARCOS BOTTON PICCIN

Data e local da defesa: Santa Maria, 30 de outubro de 2015.

Este estudo tem como objetivo analisar a concepção dos agentes do Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental para assentamentos de reforma agrária (ATES) no Rio Grande do Sul sobre a dimensão social da ação de extensão rural em assentamentos de reforma agrária. O campo pesquisado foi o programa de extensão rural para os assentamentos de reforma agrária do Rio Grande do Sul, hoje sendo executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). As prestadoras de serviço contratadas são, a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec), a Empresa de Assessoria Técnica e Extensão Rural (EMATER) e o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP). Também fazem parte do programa com funções específicas, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Secretaria de Desenvolvimento Rural do estado do RS (SDR/RS). O método empregado foi a pesquisa documental e como recurso auxiliar foi realizada entrevista. Na mesma direção da Política Nacional de Assessoria Técnica e Extensão Rural – PNATER, o programa ATES no RS tem buscado construir ações com base em preceitos do desenvolvimento rural sustentável a fim de atender a complexa realidade do espaço rural, e para isto tem buscado além do estímulo à produção agropecuária, trabalhar com questões sociais e ambientais nos assentamentos. Para isso tem uma construção sobre a concepção da dimensão social que vem sendo debatida desde 2009. Constata-se que as entidades executoras tem diferentes concepções sobre a dimensão social na extensão rural, estas concepções estão relacionadas aos vínculos, objetivos e missão de cada uma. Ainda expressam dificuldades em orientar as ações que busquem resultados para além dos quantitativos de produtividade. A priorização das ações é para as atividades produtivas, mesmo quando orientadas sobre o prisma da agroecologia, e a fragmentação de ações na área social, ambiental e produtiva sem definição de prioridades, ainda está presente nas ações dos técnicos. Acredita-se que para efetivar uma proposta de extensão rural que tenha esses preceitos, a dimensão social é fundamental e as ações nesta área devem ser planejadas e executadas de forma que contribuam com a melhoria das condições de vida das famílias assentadas.

Palavras chave: Extensão Rural; Dimensão Social; Programa de ATES

ABSTRACT

Article Completion of course
Graduate Program in Agricultural Extension
Federal University of Santa Maria

Conceptions of the agents of the RS ATEs program on the social dimension

AUTHOR: FERNANDA DE QUEIROZ MIRANDA

SUPERVISOR: Marcos Button Piccin

Date and defense site: Santa Maria, 30 of october 2015.

This study aims to analyze the design of agents of the Advisory Technical Program Social and Environmental for agrarian reform settlements (ATES) in Rio Grande do Sul on the social dimension of the extension of action in agrarian reform settlements. The field of research was the extension program for the settlements in the land reform in Rio Grande do Sul, and is now run by the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA). Contracted service providers are the Cooperative Technical Services (COPTec), the Company's Technical Assistance and Rural Extension (EMATER) and the Technology Center Popular Alternatives (CETAP). Also part of the program with specific functions, the Federal University of Santa Marisa (UFSM), the Brazilian Agricultural Research Corporation (EMBRAPA) and Rural Development Department of the RS state (SDR / RS). The method used was a desk research and as an auxiliary feature interview was conducted. In the same way the National Policy for Technical Assistance and Rural Extension - PNATER, the ATEs program in RS has sought to build actions based on sustainable rural development principles in order to meet the complex reality of the countryside, and it has sought beyond stimulus to agricultural production, working with social and environmental issues in the settlements. For it has a building on the design of the social dimension that has been debated since 2009. It is noted that the implementing agencies have different views on the social dimension in the extension, these concepts are related to bonds, objectives and mission of each. Still express difficulty in guiding the actions that seek to results beyond the quantitative productivity. The prioritization of actions is for productive activities, even when targeted on the prism of agroecology, and the fragmentation of actions in the social, environmental and productive without setting priorities, is still present in the actions of technicians. It is believed that to effect an extension proposal that has these precepts, the social dimension is fundamental and actions in this area must be planned and executed in order to contribute to improving the living conditions of settlers.

Keywords: Rural Extension; Social dimension; ATEs program

Sumário

Introdução	7
Metodologia	9
AS MUDANÇAS NO RURAL E A DIMENSÃO SOCIAL NA HISTÓRIA DA EXTENSÃO RURAL	10
UM RURAL MAIS COMPLEXO E A NOVA PROPOSTA DE ATER	16
AS CONCEPÇÕES DOS AGENTES DE ATER SOBRE A DIMENSÃO SOCIAL	18
3.1 Construções do Programa de ATER: INCRA e Conselho Estadual de ATER. .	18
3.2 A EMATER e a atuação histórica na área de bem estar social	23
3.3 A COPTEC e as concepções do movimento social	27
3.4 O CETAP e a Agroecologia	29
Considerações Finais	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34

Introdução

Os serviços de extensão rural estão historicamente associados a propostas de desenvolvimento pautadas na sociedade. A dimensão social tratada na atualidade como eixo estratégico de ação da extensão rural, também foi pautada com maior ou menor prioridade de acordo com os objetivos pautados por orientações políticas e econômicas no contexto histórico.

Na mesma direção da Política Nacional de Assessoria Técnica e Extensão Rural – PNATER, o Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental para assentamentos de reforma agrária - ATES no estado do Rio Grande Sul (RS) tem buscado construir ações com base em preceitos do desenvolvimento rural sustentável a fim de atender a complexa realidade do espaço rural, e para isto tem buscado além do estímulo à produção agropecuária, trabalhar com questões sociais e ambientais nos assentamentos.

Tanto a PNATER como a ATES surgem a partir da consolidação de um movimento crítico em relação aos resultados do modelo de difusão produtivista proposto como ferramenta de efetivação do processo de “modernização” da agricultura ocorrido a partir da década de 60 e que priorizava o aperfeiçoamento técnico produtivo, deixando questões ambientais e sociais sem prioridade na definição das ações de extensão rural.

Esse processo de “modernização” da agricultura levou a mudanças substanciais no espaço rural, acentuando a desigualdade social e gerando um massivo de pobres no campo. A preocupação com as questões sociais do campo surge nesta época a partir da constatação dos prejuízos sociais e ambientais causados pela dita modernização. Movimentos sociais, organizações não governamentais e organizações sociais iniciam debates intensos contrapondo e propondo mudanças na orientação de políticas públicas que privilegiassem populações à margem do processo de desenvolvimento.

O diagnóstico elaborado por esses atores sociais era que os serviços públicos de extensão rural já não podiam mais se limitar à concepção seletiva e conservadora de desenvolvimento (DIAS, 2008), já que havia um enorme contingente de camponeses à margem dos benefícios do processo de modernização.

Diesel et al (2007, p. 04) aponta que a PNATER apresenta clara disposição ao abandono dos referenciais da “Revolução Verde” em favor da orientação agroecológica. Quanto à orientação metodológica, essa autora argumenta que se transita de uma postura de transferência de informação e assessoramento técnico de caráter persuasivo para uma postura de investigação-ação participativa.

O Programa de ATES, com base na PNATER incorpora, além da promoção da produção com base em sistemas ecológicos, a comercialização e agroindustrialização, questões sociais como: a soberania alimentar; a equidade de gênero, geração e etnia; a promoção da saúde da família; a compreensão dos direitos especiais de crianças, jovens e idosos; o incentivo ao gerenciamento dos resíduos; e o fortalecimento da noção de cidadania e suas implicações nos direitos e responsabilidades sociais (INCRA, 2008).

Constata-se que as entidades executoras de extensão rural no programa de ATES expressam dificuldades em orientar as ações que busquem resultados para além dos quantitativos de produtividade. A priorização das ações é para as atividades produtivas, mesmo quando orientadas sobre o prisma da agroecologia. A fragmentação de ações de extensão na área social, ambiental e produtiva sem definição de prioridades, ou seja, sem estar locada numa proposta de desenvolvimento local baseado em premissas já discutidas anteriormente, ainda está presente nas ações dos técnicos.

Existem diferentes concepções sobre a dimensão social no Programa de ATES, estas podem estar ligadas à origem da instituição, missão e objetivos estratégicos. Estas diferentes concepções devem ser mediadas no programa de forma que se consiga resultados do ponto de vista metodológico e de conteúdo das ações, mesmo considerando as especificidades regionais.

Acredita-se que para efetivar uma proposta de extensão rural que tenha esses preceitos, a dimensão social é fundamental e as ações nesta área devem ser planejadas e executadas de forma que contribuam com a melhoria das condições de vida das famílias assentadas.

Este artigo tem como objetivo geral, analisar a concepção dos agentes do Programa de ATES no Rio Grande do Sul sobre a dimensão social da ação de extensão rural em assentamentos de reforma agrária. Especificamente, os objetivos são:

- caracterizar a dimensão social no contexto da extensão rural brasileira;

- identificar e analisar as concepções do INCRA, do Conselho Estadual de ATES e das prestadoras dos serviços de ATES e suas ações relacionadas à dimensão social no Programa de ATES do RS.

- e, problematizar as semelhanças e diferenças nas concepções dos agentes do programa de ATES sobre a questão social.

O artigo está construído em três seções: a primeira apresenta as mudanças ocorridas no espaço rural nas últimas décadas e a abordagem da dimensão social na história da extensão rural no Brasil; a segunda seção apresenta as configurações de um novo rural após processo de modernização da agricultura e as novas propostas de extensão rural; a terceira seção traz as concepções dos agentes de ATES, em especial INCRA, através das políticas, Conselho Estadual de ATES e prestadoras de serviços.

Metodologia

O campo pesquisado foi o programa de extensão rural para os assentamentos do de reforma agrária do Rio Grande do Sul, hoje sendo executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) através da modalidade contrato por Núcleo Operacional (NO), estes são constituídos por determinado número de assentamentos num território e cada um assessorado por uma equipe técnica. As com as prestadoras de serviço contratadas são a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTEC), a Empresa de Assessoria Técnica e Extensão Rural (EMATER) e o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP). Também fazem parte do programa com funções específicas, a Universidade Federal de Santa Marisa (UFSM) ¹, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) ² e Secretaria de Desenvolvimento Rural do estado do RS (SDR/RS) ³.

¹O Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural – DEAER - da UFSM faz parte do programa através do Termo de Cooperação – TC, firmado com INCRA desde 2009 para a execução do Projeto Articuladores de ATES e, depois, desde 2012 para o projeto Assessoria Técnica e Pedagógica – ATP ao Programa de ATES.

²A EMBRAPA, assim como os ATPs, atua no Programa de ATES a partir de um TC com o INCRA para capacitação de famílias e técnicos em demandas específicas.

³A SDR faz parte do programa, sendo responsável por metade dos assentamentos no estado do RS.

O método principal adotado foi a pesquisa documental. Para Godoy (1995, pág. 22), esta pode ser considerada uma fonte natural de informações à medida que, por terem origem num determinado contexto histórico, econômico e social, retratam e fornecem dados sobre esse mesmo contexto. Foram pesquisados e analisados documentos como: leis, projetos, manuais, documentos das prestadoras de serviços, relatórios de reuniões e encontros, documentos do Projeto de Assessoria Técnica e Pedagógica, documentos das equipes técnicas (planejamentos e relatórios).

A principal fonte de pesquisa foram os “Planos de Ações” apresentados para os vinte NOs pelas três prestadoras no momento da concorrência na chamada pública⁴ de 2013 para seleção da entidade executora dos serviços de ATES. Estes documentos foram considerados importantes fontes devido à chamada pública prever ações específicas na área social, e exigir proposta técnica e qualificação profissional específicas para atender demandas sociais. Também foi consultado o banco de dados de 2009 a 2014 do Sistema de Avaliação e Monitoramento da ATES (SAMA)⁵.

Como fonte complementar de informação foi realizada uma entrevista, com uso de roteiro semi-estruturado, com o coordenador técnico do CETAP, já que os documentos não apresentavam elementos suficientes para a análise.

Além da pesquisa documental e da entrevista complementar, a vivência prática da autora acompanha o debate sobre a dimensão social no programa de ATES⁶ através do Projeto ATPs, se configura como uma experiência sobre a qual se possui uma postura reflexiva.

1. AS MUDANÇAS NO RURAL E A DIMENSÃO SOCIAL NA HISTÓRIA DA EXTENSÃO RURAL

O termo dimensão social, ou eixo social aparece como proposta de ação com objetivos e diretrizes para a extensão rural somente com a PNATER. Este debate tem suas origens em meados da década de 80 a partir da constatação da crise econômica e

⁴ Chamada Pública n. 01 de 2013 - INCRA/SR 11.

⁵ Disponível para consulta em: www.wapwapw.com/terraincra

⁶ O Projeto de ATPs, além da assessoria direta aos núcleos operacionais, trabalha problematizando e assessorando demandas ou temas específicos, entre eles está a dimensão social.

social no país. Movimentos sociais, organizações não governamentais e organizações do campo tornam conhecidos os efeitos negativos do processo de modernização da agricultura, que além de gerar um massivo de pobres no campo deixava danos ambientais que perdurariam por gerações. A partir disso colocam em debate propostas de ações para a reforma agrária e a solução da crise socioambiental na agricultura brasileira.

O diagnóstico elaborado por esses atores era que os serviços públicos de extensão rural já não podiam mais se limitar à concepção seletiva e conservadora de desenvolvimento (DIAS, 2008), já que havia um enorme contingente de camponeses à margem dos benefícios do processo de modernização.

Na esteira do debate de redemocratização e reaproximação da sociedade civil com o poder público e partindo da mesma constatação, ou seja, de incluir os “invisíveis” ou excluídos de uma política de desenvolvimento econômico, elabora-se em 2004 a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, que “considerando as desigualdades sócioterritoriais e visando seu enfrentamento, busca a garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais” (BRASIL, 2005). Na PNAS, temas como a pobreza e o acesso a direitos básicos são tratados como essenciais e apresenta como público prioritário a população em situação de vulnerabilidade social, as mulheres e os jovens. A princípio o debate e a construção da PNAS ficaram bastante centrados nas organizações sociais no meio urbano, com pouca participação das organizações do campo.

Antes desse período o tema social não esteve em pauta, pelo menos não com o mesmo conteúdo e método, isso porque a extensão rural estava estruturada de acordo com o modelo de desenvolvimento do período em questão.

Antes da década de 50, a expansão da agricultura brasileira deu-se principalmente a partir do aumento das fronteiras agrícolas, fortalecendo o caráter de agricultura extensiva latifundiária. A indústria necessitava expandir-se para o setor rural, mas encontrava como obstáculo a agricultura tradicional considerada “atrasada” para o projeto de desenvolvimento em curso. Os camponeses, em sua maioria, eram produtores de alimentos a preços baixos para a cidade e também serviam de mão-de-obra barata para a nascente indústria nas cidades (STEDILE, 2005, p.30).

A extensão rural no Brasil surge oficialmente nesse período com a implantação da Associação de Crédito e Assistência Rural - ACAR em Minas Gerais, seguindo os moldes norte-americanos, num contexto de agricultura mercantil e produtivista e com o objetivo principal de indução de mudanças de comportamento dos agricultores (FONSECA, 1985).

Esse período, denominado “humanismo assistencialista” seguiu por aproximadamente duas décadas, até meados de 1960 (RODRIGUES, 1997). A principal característica dessa fase era a melhoria das condições de vida da família rural, ou seja, a preocupação com o bem-estar da família. Ainda segundo o mesmo autor, o público preferencial era de pequenos agricultores e o papel principal do agente de extensão era ser indutor de mudanças de comportamento. O principal objetivo era a diminuição da pobreza rural, vista como um obstáculo à mudança de comportamento dos agricultores, a aceitação de novas ideias e conhecimentos e a renovação de hábitos e atitudes (RODRIGUES, 1997).

Em geral, as equipes de extensão rural eram compostas por um técnico na área das agrárias e uma mulher para atuação na área de “economia doméstica”. O trabalho na área social era limitado ao estímulo a grupos de mulheres para a melhoria e qualificação das tarefas domésticas (também de saúde, saneamento e alimentação) e grupos de jovens, visando prepará-los para a gestão da unidade de produção (SILIPRANDI, 2002).

A intenção era preparar a população rural para a “modernização” da agricultura. Preconizava-se que o desenvolvimento da indústria voltada à agricultura aumentaria a eficiência na produção agrícola, promovendo desenvolvimento no espaço rural. Basicamente, isso se daria através da contribuição de fatores externos, substituindo os insumos “tradicionais” produzidos no campo, por insumos “modernos” (ou da indústria).

Nesta época a população brasileira era essencialmente rural. O modo de vida era fundamentado em princípios morais, valores, tradições e religiosidade próprios, totalmente diferente da cultura americana, o que dificultava a adoção das inovações propostas pelo modelo de desenvolvimento americano – que se pautava na necessária transição da sociedade tradicional para a moderna (EMATER/MG, 2006).

O Estado assume importância na indução da “modernização” da agricultura através de créditos subsidiados (GRAZIANO, 1981), incentivando a aquisição de

insumos e de máquinas que visavam basicamente a aceleração do processo de industrialização. Com um trabalho interligado entre a pesquisa e a assistência técnica e extensão rural, cria-se um mercado interno para o desenvolvimento da indústria, permitindo abrir caminho para que as relações capitalistas dominassem o setor.

Juntamente com as ações do Estado e centros de pesquisa e assistência técnica, estavam as indústrias agroalimentares, alguns meios de comunicação e uma parcela de agricultores empresariais, que tornavam a “modernização” agrícola cada vez mais expressiva (GRAZIANO, 1981). A agricultura passa a ser submetida a leis e regras que propunham transformar o setor agrícola em um setor “moderno”, gerando uma intensa relação comercial com as indústrias químicas e de máquinas e motores, transformando a agricultura tradicional conforme o padrão tecnológico dominante nos países desenvolvidos.

De maneira geral, se estabelece uma forma “mais técnica” de produzir, cujo ponto chave foi a substituição da estrutura produtiva tradicional – considerada limitante e atrasada – por uma “moderna”, intimamente e perfeitamente relacionada com o setor industrial (GRAZIANO, 1981).

Esse período exigiu uma nova orientação da extensão rural, gerando o período do “difusionismo produtivista”, compreendido no período aproximado de 1964 a 1984, e marcado pela difusão dessas técnicas “modernas” visando o aumento de produtividade agrícola. O objetivo principal era modernizar o processo produtivo aumentando a produtividade da terra e do trabalho (RODRIGUES, 1997). As características principais deste período foram: o foco no aumento da produtividade agrícola, o estímulo ao uso de tecnologias, a aliança entre a pesquisa e a produção através da difusão de tecnologias, e o público prioritário eram os médios e grandes proprietários⁷.

Nesta época, como o foco dos agentes de extensão rural era produtivista, as ações sociais deixam de ser prioridade. Ações de organização de grupos de mulheres e de jovens se tornam praticamente inexistentes (EMATER, 2002).

Conforme dados de RODRIGUES (1997), no Brasil pode-se observar isso através da evolução da relação extensionista agrícola / extensionista doméstica, que era

⁷Ainda conforme Rodrigues (1997), o fato mais significativo ocorrido neste período é a dissolução da ABCAR, substituída pela EMBRATER, caracterizando uma intervenção mais aguda do Estado nas ações de extensão rural, que a partir de então se torna um instrumento mais eficaz da política de acumulação capitalista no campo. A EMBRATER elege como sua clientela preferencial os grandes e médios empresários rurais, beneficiários da política de crédito rural subsidiado e potenciais adotadores dos pacotes tecnológicos de maior avanço tecnológico elaborados por iniciativa da Embrapa.

de 1:1 no começo da extensão rural, sobe para quase 1,5:1,0 em 1963, crescendo progressivamente até atingir mais de 5:1, em 1975, quando se registravam 4.665 profissionais da área agropecuária contra 887 da área de bem-estar social.

Wanderley (2009) afirma que a empresa rural tornou-se o único modelo proposto para toda a atividade agrícola, ao mesmo tempo em que a condição de grande proprietário foi confirmada como a via de acesso aos benefícios das políticas públicas. A empresa rural era a portadora do “progresso” (KAGEYAMA, 1999), e o complexo agroindustrial que subordinava a agricultura à indústria, antes, durante e após o processo produtivo propriamente agrícola, era visto como sinônimo de moderno.

Os agricultores tradicionais eram conduzidos a modernizar os seus sistemas de cultivo, abandonando as variedades de sementes e raças de animais crioulas, a tração animal, os sistemas de policultivo e rotação de cultivos e criações, as relações de troca com os vizinhos e as relações com o ambiente natural (GRAZIANO, 2001).

Esse processo se mostrou altamente excludente e trouxe uma série de desvantagens, principalmente aos camponeses, pois ao se integrarem passaram a padronizar e a especializar a sua produção e direcioná-la para aqueles produtos que apresentassem os melhores preços no mercado, além de ter a sua cultura alterada significativamente no que diz respeito à relação com o meio ambiente e as relações sociais (vizinhança, compadrio, etc.) estabelecidas em sua trajetória. Muitos não se adequaram à lógica de desenvolvimento e acabou perdendo seu principal meio de produção, a terra.

Os camponeses expulsos do campo tinham duas alternativas: a primeira era se aventurar nos projetos oficiais de colonização e expansão de fronteiras agrícolas, e se dispor às precárias condições de trabalho e moradia, além das diferenças culturais existentes; enquanto a segunda alternativa era ir para as cidades trabalhar nas indústrias (GRAZIANO, 2001). Muitos camponeses não se adaptavam a nenhuma das alternativas, e outros que tentavam, desistiam por falta de adaptação e até mesmo de oportunidade (STÉDILE, 2009).

Esse contingente populacional de pobres no campo, ou seja, de trabalhadores rurais sem-terra, permitiu a constituição da base social do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. O surgimento do MST, no final da década de 70, representa uma articulação dos tantos conflitos sociais originados da situação econômica e social que foi criada pelas transformações que o país sofria nessa década.

Nas décadas de 80 e 90, se intensificaram os debates e críticas sobre o modelo tecnológico de produção que visava a modernização da agricultura, apontando os resultados danosos tanto do ponto de vista ambiental como do ponto de vista socioeconômico. Começa-se a repensar as ações de extensão rural, e neste período também surgem diversas organizações não governamentais (ONG) que trazem consigo propostas mais voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, abrangendo além das questões produtivas, as questões sociais e ambientais.

Neste período as organizações sociais e de extensão rural buscam priorizar as minorias até então excluídas dos processos de modernização do campo, retomam-se os debates na área social colocando o camponês, proprietário de terras ou não, como foco das ações. A busca pela efetivação da participação social e o rompimento com a visão seletiva do rural como essencialmente agrícola eram as principais diferenças colocadas.

Do ponto de vista metodológico, o extensionista não mais é colocado como um “agente de mudança” manipulador, mas o interlocutor tecnicamente competente de um relacionamento dialógico horizontal e democrático (RODRIGUES, 1997). No caso dos assentamentos do RS, organizações como o CETAP e a EMATER foram as entidades de maior atuação (DALBIANCO & NEUMANN, 2012).

Essa fase é denominada de “repensar da extensão rural” e, de forma geral, os debates eram voltados ao embate à agricultura convencional, propondo a agroecologia como uma via de permanência da agricultura familiar no campo e incluindo na proposta de desenvolvimento as dimensões sociais, políticas, culturais, econômicas e ambientais. Caporal & Costabeber (2000), afirmam que o desenvolvimento sustentável deve ter ênfase no sentido da promoção da cidadania e da busca de uma melhor qualidade de vida das famílias, sem descartar o crescimento econômico, a tecnologia e a produtividade.

Em termos de extensão rural afirmava-se a agroecologia com princípio e a dimensão social como um dos pilares desta. O objetivo era melhorar a qualidade de vida das famílias e a garantia de direitos, porém ainda muito pautado nas questões de mudança de modelo de produção, do convencional para o ecológico.

Neste contexto de luta pela Reforma Agrária e por políticas públicas que afirmam a agricultura familiar como um instrumento para se pensar uma nova proposta de desenvolvimento, e entendendo que a extensão rural concebida e praticada a partir de uma visão tecnicista e produtivista não era suficiente para atender essa diversidade

surge uma nova proposta de assistência técnica que seria segundo Moreira (1997, p.166), desenvolvida como afirmação de um processo educativo construtivista, participativo e organizacional.

Para os assentamentos de Reforma Agrária, em 1997, foi criado um projeto específico para atender as demandas de assessoria técnica e extensão rural, o Projeto LUMIAR (DALBIANCO & NEUMANN, 2012). Em termos de funcionamento, o Projeto LUMIAR propõe a construção de um sistema de cogestão, inserindo as famílias nas diferentes fases da sua dinâmica, marcando uma diferença das formas anteriormente existentes. Além de seu caráter participativo, calcado em processos educativos e dialógicos, ele também inova ao experimentar uma forma de gestão descentralizada (SILVA & ARAUJO, 2008).

Por outro lado, Dalbianco (2010, p.56) coloca, com base no documento que orientou a política, que o Projeto LUMIAR tinha como orientação promover assistência técnica nos assentamentos com o intuito de aumentar a produtividade. A prioridade era a elaboração de projetos de crédito, ficando as questões sociais e ambientais relegadas a segundo plano.

O Projeto LUMIAR foi extinto no ano de 2000. De 2000 a 2004, as famílias assentadas ficam praticamente sem os serviços de extensão rural para os assentamentos de reforma agrária, exceto nos locais onde houve oferta de governos estaduais e ou de empresas e entidades locais.

2. UM RURAL MAIS COMPLEXO E A NOVA PROPOSTA DE ATER

O processo de “modernização” da agricultura causou grandes mudanças no espaço rural, além da degradação das questões ambientais e socioculturais, o rural tomou nova configuração no que diz respeito ao emprego da força de trabalho. Schneider (2005) afirma que além da função de produção de alimentos e matérias primas o espaço rural também se constitui em um lugar de moradia, de lazer, de

identidade cultural, de relação com a natureza, enfim, um espaço multifuncional. Este espaço multifuncional, de relações, foi alterado substancialmente a partir do processo de modernização da agricultura, e se configura em um novo espaço, com relações sociais, culturais e econômicas diferentes do período anterior.

Segundo Graziano (1997) as atividades agrícolas se converteram em ocupações parciais e de remuneração insuficiente para manter os agricultores residindo no meio rural em condições dignas de vida. Afirma ainda que a criação de empregos não agrícolas nas zonas rurais é, portando, uma estratégia possível e capaz de, simultaneamente, reter essa população rural pobre nos seus atuais locais de moradia e ao mesmo tempo, elevar o seu nível de renda. Porém, nem todos os agricultores conseguem dar conta dessa nova dinâmica do rural, já que essas opções dependem de outros fatores como: quantidade prévia de capital econômico e terra, dinâmica do grupo doméstico (idade, número e sexo) e condições culturais em que essas famílias se forjaram e expressam por meio de suas atividades (PICCIN, 2012).

Ao mesmo tempo em que se debate uma proposta desenvolvimento rural que parte da premissa de que existe um “novo rural”, com trabalhadores pluriativos, grande parte pobre e desprovido de meios de produção e que buscam outras possibilidades de ocupação e geração de renda que não essencialmente agrícolas, também se colocam novos desafios para a extensão rural.

Essas mudanças ocorridas no espaço rural implicaram em um aperfeiçoamento metodológico da ATER para atender a complexidade colocada. Em 2004, acompanhando essas mudanças é criada a PNATER. A proposição da política é reverter o quadro de abandono e impulsionar processos de desenvolvimento prioritariamente para agricultura familiar (DIAS, 2008) e tendo como pilares a transição agroecológica, a participação social e o uso de metodologias participativas.

A PNATER apresenta como princípios entre outros: o desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente; a adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública; equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional (BRASIL, 2004).

No âmbito da dimensão social das ações de extensão, incorporam-se temas debatidos e reivindicados pelas organizações sociais, como: equidade de gênero, fortalecimento da juventude rural, busca pela soberania alimentar, e o apoio à organização social das famílias - associativismo e cooperativismo (BRASIL, 2004).

Dias (2008) afirma que o poder de efetivação da PNATER depende de uma complexa rede de interação, na qual interesses podem confluir para a aceitação ou rejeição das propostas colocadas em cena. Isso está relacionado à prática das prestadoras de serviços de ATER, já que é no dia a dia do trabalho de seus técnicos que se efetivam as propostas, com suas práticas e princípios.

Entre novos públicos, métodos e conteúdos a serem abordados, para os extensionistas fica a difícil tarefa de definir prioridades dentre a diversidade de metas e ações a serem executadas. Diesel et al (2006), em um estudo sobre a diversidade e a superação da fragmentação da ação extensionista afirma que mesmo com um momento favorável da extensão rural a partir da criação e definição da política de ATER as entidades executoras de ATER enfrentam problemas na definição e direcionamento da execução das ações.

Os mesmos autores apontam que é entendido que essa mudança não ocorre de forma automática, de um modelo de extensão voltado para a modernização da agricultura com enfoque produtivista para um modelo de extensão voltado a busca de um desenvolvimento que priorize a qualidade de vida dos agricultores familiares. A diversidade de ações e de definição de foco pode levar à não priorização das ações na dimensão social em detrimento das ações produtivas. Diesel et al (2006) apontam a necessidade de colocar em prática um processo de problematização de demandas a fim de superar formas “antigas” de definição das ações ou ainda execução de ações que não são legítimas para as famílias, ou seja, remeter a processos de planejamento.

No bojo destes debates foi criado, em 2003, o Programa de ATES. O objetivo do programa era prestar assessoria técnica ambiental e social às famílias assentadas. O programa de ATES foi concebido à luz da PNATER, e visto como uma possibilidade de uma mudança positiva no cenário, com a possibilidade de direcionamento das ações das equipes técnicas para o fortalecimento da agricultura familiar, a transição agroecológica e na busca de resultados que vão além dos quantitativos da produtividade. Nesta fase se afirma a atuação incisiva da extensão em iniciativas que promovam o desenvolvimento

rural sustentável, com ênfase na agroecologia e com o debate e as ações bastante voltadas para as questões ambientais.

O compromisso que a PNATER e a ATES trazem é de construir uma nova extensão rural comprometida com os ideais do desenvolvimento sustentável e que incorpore questões até então não priorizadas, como por exemplo, a população em situação de pobreza.

3. AS CONCEPÇÕES DOS AGENTES DE ATES SOBRE A DIMENSÃO SOCIAL

3.1 Construções do Programa de ATES: INCRA e Conselho Estadual de ATES.

Desde 2008, a ATES no RS é ofertada pelo INCRA através da modalidade contrato. Hoje, os serviços de ATES são executados por três prestadoras em vinte NOs. A EMATER é responsável por executar os serviços em nove NOs; a COPTEC, em dez NOs; e o CETAP, responsável por um NO. Ao todo são 152 técnicos, atuando em 304 assentamentos e assessorando 11.403 famílias.

Hoje Programa de ATES está estruturado em um sistema de controle e gestão social com representação nos assentamentos, regionalmente e em nível estadual⁸. O Conselho Estadual de ATES, instância estadual onde é feita a gestão do programa, é formado por INCRA, SDR, UFSM, EMBRAPA, EMATER, COPTEC, CETAP e COCEARGS. Segundo Zarnott et AL (2015, p.), o papel do conselho estadual é

“definir as metas estaduais, as eventuais mudanças/adaptações nas metas contratadas, a relação e o papel que o Programa desempenha na execução de políticas públicas, os temas necessários à formação dos técnicos, os instrumentos de gestão e planejamento.

⁸ Para mais informações sobre estrutura de controle, participação e gestão social do Programa de ATES consultar Zarnott et al(2015).

O INCRA tem o papel de gestor e coordenador do programa, a SDR é responsável pelos assentamentos estaduais e o Projeto Quintais Sustentáveis, a EMBRAPA atua nos assentamentos e equipes técnicas para suporte técnico através do Projeto ConFie, a COCEARGS é a representante estadual das famílias assentadas, as prestadoras de serviço são representantes das equipes executoras dos serviços, e a UFSM assessora o programa através do projeto ATPs.

O trabalho da equipe de ATPs envolve três grandes eixos: o assessoramento sistemático aos NOs, o assessoramento ao Programa Estadual, sendo um deles dar subsídio as discussões sobre a qualificação da ATES, e o assessoramento ao INCRA (ZARNOTT *et al*, 2015)

Os debates iniciados em 2007 culminaram na elaboração de um Programa de ATES para a totalidade das famílias assentadas, incorporando, além da promoção da produção com base em sistemas ecológicos, a comercialização e agroindustrialização, questões sociais como: a soberania alimentar; a equidade de gênero, geração e etnia; a promoção da saúde da família; a compreensão dos direitos especiais de crianças, jovens e idosos; o incentivo ao gerenciamento dos resíduos; e o fortalecimento da noção de cidadania e suas implicações nos direitos e responsabilidades sociais (INCRA, 2008).

Estes são objetivos descritos no Projeto Básico de Contratação de Serviços de ATES no RS onde também foram detalhadas as ações a serem desempenhadas na área social. Essas ações compreendem temas já previstos na PNATER e no Manual de ATES (2008) como a promoção da saúde, segurança alimentar das famílias, atuação em escolas, gerenciamento de resíduos e saneamento básico, combate à pobreza, documentação da família. Também incorpora como ações sociais outras temáticas transversais, como: a gestão da unidade de produção; a comunicação entre os grupos; e o registro de atividades para divulgação de experiências.

Desde o primeiro contrato de ATES assinado em 2009 e seguindo as diretrizes do Projeto Básico de 2008, estavam previstas a atuação de um técnico da área social por Núcleo Operacional (NO) e ações nas metas contratuais, ou metas estaduais comuns a todos os NOs, que foram se modificando ao longo dos anos acompanhando os debates realizados nos espaços de gestão, participação e as avaliações apresentadas pelos técnicos. Assim, ao longo desse período, têm-se um acúmulo de debates e encaminhamentos do Programa de ATES do RS em torno da questão social.

Em 2009 com o objetivo de ampliar o trabalho da ATES na área social, e em consonância com Projeto Básico de ATES foram estabelecidas as seguintes metas para todos os NOs: realização de atividades de capacitação em escolas; campanha de

documentação da família; oficinas de boas práticas de higiene e outros assuntos; levantamento das formas organizativas encontradas nos assentamentos; palestras nas escolas sobre fontes de água; e pesquisa continuada de saneamento e destino do lixo (ZARNOTT *et al*, 2011).

Analisando as metas contratuais propostas no ano de 2009 percebe-se que parte delas já engloba a característica da transversalidade da ação, exigindo uma ação não desvinculada do trabalho do técnico da área produtiva – ambiental da do trabalho do técnico da área social. Um exemplo foi a meta “oficinas de boas práticas de higiene e outros assuntos”, que abarcou assuntos como as boas práticas de higienização de alimentos, doenças infectocontagiosas, proteção de fontes de água e manejo no entorno da residência (ZARNOTT *et al*, 2011). Da mesma forma o trabalho na escola exigiu um esforço conjunto das equipes, pois se tratava de temas como a utilização de fontes de água nos assentamentos.

De 2010 a 2012, as metas contratuais avançaram no sentido de dar maior autonomia aos núcleos operacionais na definição de prioridades e afim de que estas fossem enquadradas na capacidade operacional de cada equipe (ZARNOTT *et al*, 2011). As ações sociais contratuais foram sendo reduzidas gradativamente, deixando para o planejamento das equipes a sua priorização.

Em 2010 e 2011, aconteceram o primeiro e segundo Encontro de técnicos da área social da ATES, onde foram debatidos temas como: a importância da transversalidade da ação dos técnicos ou a superação das ações fragmentadas (produtivo, social e ambiental), o que é o fazer social na ATES e o papel do técnico na área social⁹. No primeiro encontro ficou claro que existem diferenças nas concepções das prestadoras de serviço com relação ao que é a dimensão social, e a partir do segundo encontro partiu-se para o delineamento de ações de programa que procuravam superar a fragmentação da atuação técnica.

No ano de 2012, a partir dos debates sobre a transversalidade da ação técnica no segundo encontro de técnicos da área social, inicia-se os debates para a implementação de três importantes ações para o programa de ATES: a Rede Unidades de Observação e Pesquisa - RUOP, a Sistematização de Experiências Agroecológicas e o Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES.

⁹ Extraído do texto “O Social no Programa de ATES” elaborado pela equipe de ATPs (Agosto, 2014).

Em 2013 essas ações se efetivaram como metas contratuais, e foram previstas um conjunto de ações para a execução destas. Essas ações, também chamadas de programas, vêm como a efetivação da transversalidade da ação da ATES, já que elas demandam uma ação conjunta dos técnicos da equipe em sua execução e análise.

Ainda em 2013, iniciam-se os debates que visam a priorização da ação da ATES para famílias assentadas em situação de pobreza incluídas no Cadastro Único do Governo Federal e com renda abaixo de setenta reais mensais. Uma iniciativa foi a criação do Projeto “Quintais Sustentáveis – Apoio para a estruturação e produção saudável de alimentos”. Este projeto é resultado de um esforço coletivo de diferentes instituições que atuam em assentamentos de reforma agrária, como a SDR/RS, o INCRA, a UFSM, as prestadoras de serviços de ATES (CETAP, COPTec e EMATER), e a Cooperativa Central dos Assentamentos de Reforma Agrária do RS (COCEARGS). O projeto previu a inclusão e estruturação produtiva de 2531 famílias assentadas que se encontravam em situação de pobreza e insegurança alimentar e nutricional.

Este debate vem na esteira de programas e políticas implementadas pelo Governo Federal desde 2002 visando o combate a miséria e acompanha a percepção de que mesmo com os avanços conseguidos¹⁰ a pobreza no espaço rural ainda persiste. Leite (2003, pág. 27), ao analisar a temática da pobreza coloca que ao longo dos anos o debate sobre o tema “passou de uma compreensão estritamente econômica para uma concepção mais ampla no campo do desenvolvimento social”.

Em 2014, na elaboração do novo contrato de ATES ficou claro que o foco para os próximos anos seria centrar mais “forças” nas ações para as famílias assentadas em situação de vulnerabilidade social, já que existem nos assentamentos do Rio Grande do Sul 3350 famílias em situação de pobreza, recebendo auxílio governamental - Bolsa Família (SIGRA, 2013). Para tanto, neste contrato foi prevista contratação de um número maior de técnicos na área social.

Para o Programa de ATES o técnico da área social deveria ter formação preferencial em Ciências Sociais, Antropologia ou Psicologia, ou experiência comprovada em assessoria em assentamentos de pelo menos cinco anos. Essas informações constam no “Projeto Básico para Contratação de Serviços de ATES para os

¹⁰ Para mais detalhamento sobre os resultados das políticas e programa de combate a miséria ver LEITE (2003).

assentamentos do RS” (INCRA, 2013). O entendimento era que a assessoria para essas famílias deveria ser prioritária no Programa, e tinha como objetivos a inclusão social e produtiva das mesmas e a facilitação do acesso destas às demais políticas públicas em andamento. Seguindo, então, na mesma esteira dos debates e políticas em andamento em nível nacional.

Além do perfil e formação profissional, também foi considerada a experiência de trabalho em assentamentos, ficando clara a necessidade de contratação de técnicos com capacidade de análise da realidade social dos assentamentos e proposição junto às equipes em que estão inseridos, ou seja, além de atuar diretamente nos assentamentos, deveriam atuar dando suporte para a equipe nos debates e elaborações na área social.

Este debate foi pautado principalmente pelo INCRA e ATPs, posteriormente foi incorporado nos debates das prestadoras de serviço que ajudaram a construir os objetivos estratégicos do novo contrato. As prestadoras apresentaram resistência à contratação de perfis profissionais específicos, pois não dispunham deles em seus quadros técnicos.

Em 2014 inicia-se o novo contrato de ATES e foi incluída como meta contratual a execução do Projeto Quintais Sustentáveis, com a proposição de realizar duas visitas no ano para cada uma das famílias beneficiadas e também a realização de atividades coletivas de formação (oficinas, dias de campo, etc.) para assessorar na implementação dos quintais e impulsionar a produção para o autoconsumo e possível inserção dessas famílias em mercados institucionais.

Seguiram-se os debates no ano de 2014, e durante os encontros regionais de ATES as equipes debateram sobre o fazer da ATES na área social e levantaram uma série de ações, prioridades e método de trabalho. Esse debate foi pautado num texto elaborado pela equipe de ATPs, que trazia a construção do programa sobre o tema e colocava alguns questionamentos a serem debatidos pelas equipes. O texto foi o resultado da sistematização dos encontros acontecidos em 2010 e 2011 e de debates realizados na equipe de ATPs sobre o tema.

Para os ATPs, a ação social não pode acontecer de forma separada da estratégia de desenvolvimento planejada para as famílias num NO, e deve buscar garantir uma estrutura mínima para que as famílias possam ter condições de viver e trabalhar. Por outro lado, afirmam que existe um conjunto de ações “emergenciais” ou “assistenciais” que também devem ser pensadas e planejadas.

Os debates dos encontros regionais foram reorganizados e debatidos no Encontro Estadual de ATES. O resultado desses debates culminaram na sistematização do documento denominado “Diretrizes para as ações na dimensão social na ATES”, que está atualmente em construção por um grupo formado por representantes das prestadoras, ATPs e INCRA e que traz as linhas ou orientações de conteúdo e método para assessorar a elaboração dos planejamentos das equipes técnicas.

3.2 A EMATER e a atuação histórica na área de bem estar social

Atualmente a EMATER é contratada no Programa de ATES para prestar serviços de assessoria em nove núcleos operacionais dispondo para isso 59 técnicos que assessoram 3130 famílias em 142 assentamentos , sendo: NO Júlio de Castilhos, abrangendo 581 famílias em 17 assentamentos assessorados por 8 técnicos em 8 municípios; NO Jóia, abrangendo 619 famílias em 8 assentamentos assessorados por 8 técnicos; NO Sarandi, abrangendo 306 famílias em 11 assentamentos assessorados por 4 técnicos; NO Palmeira das Missões, abrangendo 326 famílias em 13 assentamentos assessorados por 4 técnicos; NO Fronteira Oeste, abrangendo 375 famílias em 7 assentamentos assessorados por 6 técnicos; NO Hulha Negra, abrangendo 923 famílias em 29 assentamentos assessorados por 13 técnicos; NO Canguçu, abrangendo 627 famílias em 23 assentamentos assessorados por 9 técnicos; NO Piratini, abrangendo 481 famílias em 18 assentamentos assessorados por 7 técnicos; NO Rival, abrangendo 545 famílias em 16 assentamentos assessorados por 7 técnicos. São 9 técnicos da área social de nível superior e 18 técnicos da área social nível médio.

Como apresentado nas propostas técnicas colocadas pela entidade para a concorrência na Chamada Pública 01/2013 - INCRA/SR 11, a missão da EMATER é:

Promover o desenvolvimento rural sustentável por meio de ações de assistência técnica e social, mediante processos educativos e participativos, visando ao fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações, criando condições ao pleno exercício da cidadania e à melhoria da qualidade devida da população gaúcha.

No mesmo documento apresenta o entendimento da empresa sobre a assessoria técnica, afirmando que a ação desta é estratégica para a promoção do desenvolvimento

rural sustentável dos assentamentos com base em princípios da agroecologia e com a utilização de metodologias participativas que promovam a participação efetiva das famílias em todos os espaços, e em especial nos espaços de construção de políticas públicas. Afirmar ainda que a ATES precisa atuar na diminuição da pobreza nos assentamentos de reforma agrária e como mediadora de políticas públicas, principalmente na integração com mercados institucionais.

Mais especificamente foram apresentadas propostas de ações na área social para execução do programa de ATES a partir de 2014. As ações estão voltadas para públicos específicos como mulheres, jovens, idosos e famílias em situação de vulnerabilidade social. Estão previstas propostas bem genéricas visando a conscientização e o encorajamento das famílias para as questões de saúde, alimentação, saneamento, documentação pessoal e do lote, entre outras. Também prevê propostas no sentido de encorajar a participação social e comunitária e a organização social – associativismo e cooperativismo. Outras mais transversais visando à gestão da unidade de produção e o estímulo a geração de renda através dos microempreendimentos.

A proposta da EMATER para a ATES é baseada nas estratégias apresentadas no documento “Guia Prático das Ações Sociais da EMATER/ASCAR” (EMATER/ASCAR, 2013), onde são feitas recomendações para abordagens estratégicas na área social. Além de propostas de ações, o documento enfatiza a necessidade dos diagnósticos e análises da realidade rural para darem base aos planejamentos, assim como enfatiza o uso de ferramentas metodológicas que favoreçam a inclusão social dos sujeitos sociais do campo.

As propostas de ações estão organizadas em áreas temáticas, e cada uma apresenta uma abordagem teórica, indicação de estratégias, documentos a serem estudados, e possíveis instituições parceiras. As áreas temáticas são: combate a pobreza extrema no meio rural; promoção da cidadania e da organização social, envolvendo ações referentes a questões de gênero, juventude, idosos, povos tradicionais, associativismo e cooperativismo e ações socioassistenciais; ações socioassistenciais; educação e promoção da saúde; segurança e soberania alimentar; turismo rural; artesanato e gestão ambiental.

De forma geral o documento apresenta claramente quais são as ações prioritárias na área social e indica como devem ser executadas, orientando os extensionistas para a

importância do estudo das realidades onde estão inseridos, para o planejamento estratégico e continuado de ações e para o uso de metodologias participativas.

Estas orientações vem na esteira dos debates da PNATER e de outro documento elaborado pela EMATER/ASCAR em 2002, o “Marco Referencial para as ações Sociais da EMATER/RS”. Ambos os documentos da EMATER são resultantes do contexto histórico já descrito onde se repensava novos desafios metodológicos e de conteúdo para a extensão rural.

Também partem da constatação de que existe uma dificuldade em transpor o material teórico e as orientações para a prática diária extensionista (EMATER, 2002; EMATER, 2013). As ações sociais são relegadas a segundo plano nos planejamentos das equipes, ficando a cargo somente das extensionistas de bem-estar social. Faz-se um planejamento técnico agrícola e um planejamento social, como se fossem dois planos e, portanto, ficando de fora de uma perspectiva estratégica (EMATER, 2002).

A EMATER do RS foi pioneira na elaboração da proposta de uma extensão rural agroecológica (CAPORAL & COSTABEBER, 2000), e no período encontrou um espaço político favorável para reformulação das ações da extensão rural. Segundo os autores, uma extensão rural agroecológica deve incluir, além de mudanças econômicas, propostas que visem a segurança alimentar, educação, saúde e bem-estar, ao mesmo tempo em que levem à uma maior equidade social e sustentabilidade ambiental.

Em que pese o conteúdo social da proposta da EMATER, o conteúdo técnico agrícola, que neste momento é abordado a partir dos referenciais da agroecologia e da sustentabilidade, ainda era considerado dominante nas ações da extensão.

A concepção do tema social para EMATER era de que este não se restringe ao assistencial, e que as ações nessa área (de saúde, educação, lazer, cultura, etc.) devem estar colocadas numa perspectiva estratégica de “construção de sujeitos sociais autônomos, e livres do difusionismo”. Coloca ainda que sem essa dimensão, “a extensão rural agroecológica perderia boa parte do seu poder transformador e sua eficácia na construção de um desenvolvimento sustentável” (EMATER, 2002, p.07).

Historicamente, o conteúdo social abordado pela EMATER foi focado nas práticas extensionistas de bem-estar social, tendo como público prioritário os grupos de mulheres e jovens. Na década de 60, a empresa foi responsável pelos Grupos do Lar e pelos Clubes S-4, com a função de difundir conhecimentos sobre saúde, alimentação, habitação e apoiar as mulheres em suas atividades domésticas (EMATER, 2002).

De certa forma, esta atuação pontual acentuava as questões de gênero, já que afirmava o papel doméstico da mulher e as excluía das decisões nos processos produtivos na unidade de produção. Um exemplo de atividade realizada até hoje com grupos de mulheres, e presente nos planejamentos de ATES, são as que tratam do tema “artesanato”, e que no documento de 2013 é tratado como linha temática.

Esse trabalho com grupos antes tratado como “distração” ou passatempo, e agora como linha estratégica tratado numa perspectiva de geração e renda, tem sido caracterizado como “tutelador” e parece que virou marca da empresa, e até hoje a EMATER recebe críticas com relação a essa forma de atuação (EMATER, 2002, p.11). De forma geral, a ação social da EMATER é bastante caracterizada por ações de bem-estar da família (educação, saúde, lazer, saneamento, etc.) e, segundo documentos de planejamento do ano de 2014 o esforço tem sido em contribuir com processos sociais organizativos e de geração de renda com foco em grupos de mulheres.

Do total de ações coletivas¹¹ realizadas pelas equipes técnicas da EMATER e lançadas no SAMA de 2009 a 2014, 11% delas foi lançada com temas¹² relacionados ao social, ou seja, foram relatados temas como: social, saúde, educação, artesanato, mulheres, organização social, cooperativismo e associativismo jovens/juventude, além de seus derivados, como trabalhos com as escolas, promoção e prevenção de saúde, gênero, etc. Ao selecionar no SAMA as ações lançadas com o tema social esse percentual cai para 4% do total de ações coletivas executadas nestes anos.

Com relação às ações individuais, ou as visitas, 22% do total de visitas realizadas pela EMATER nesses anos foram lançadas com o tema Social¹³.

O tema da pobreza, ou superação da pobreza, não parece nos relatos das ações realizadas, embora esse possa aparecer no objetivo de algumas visitas, mas estrategicamente as equipes técnicas não tem propostas. Prevalecem as ações pontuais de temas específicos tratados historicamente.

3.3 A COPTEC e as concepções do movimento social

¹¹ Mensalmente, de 2009 a 2014, as equipes do núcleos operacionais lançaram as ações estaduais, regionais e complementares realizadas em âmbito regional (NO) ou local (assentamento). AS ações coletivas se referem às ações, com mais de uma família, realizadas regionalmente ou localmente.

¹² No SAMA existe o campo “TEMA” para ser digitado quando realizado o lançamento da atividade.

¹³ Para as visitas individuais o campo “TEMA” aparece com as seguintes opções para escolha: Ambiental; Produção, Social; Produção/Socail.

A COPTEC é uma cooperativa de prestação de serviços técnicos criada em 1996 pelo MST para contratar técnicos para o Projeto LUMIAR. Tem os objetivos voltados ao desenvolvimento sustentável dos assentamentos existentes no Estado do RS¹⁴.

No contrato de 2014, a COPTEC é responsável por assessorar 10 NOs, sendo: NO São Miguel das Missões, com 698 famílias em 16 assentamentos assessorados por 10 técnicos; NO Livramento, com 927 famílias em 30 assentamentos assessorados por 12 técnicos; NO São Gabriel, com 707 famílias em 9 assentamentos assessorados por 11 técnicos; NO Eldorado do Sul, com 599 famílias em 18 assentamentos assessorados por 7 técnicos; NO nova Santa Rita, com 326 famílias em 8 assentamentos assessorados por 4 técnicos; NO Pinheiro Machado, com 371 famílias em 12 assentamentos assessorados por 5 técnicos; NO São Luiz Gonzaga, com 401 famílias em 16 assentamentos assessorados por 6 técnicos; NO Tupaciretã, com 6491 famílias em 17 assentamentos assessorados por 8 técnicos; NO Candiota, com 833 famílias em 30 assentamentos assessorados por 11 técnicos; e NO Viamão, com 376 famílias em 01 assentamento assessorado por 6 técnicos.

A cooperativa tem princípios e estratégias claramente voltados para o apoio e fortalecimento ao processo de reforma agrária, tendo a agroecologia como base tecnológica de produção e o assentamento como espaço de vida das famílias. Segundo as propostas técnicas colocadas pela entidade para a concorrência na Chamada Pública 01/2013 - INCRA/SR 11, o objetivo da COPTEC é

estar imbuído de uma estratégia de fortalecimento de uma agricultura de base Familiar/Camponesa, o que implica em uma Política de Reforma Agrária, de fortalecimento da soberania alimentar, desenvolvendo formatos tecnológicos sustentados pelos princípios da agroecologia, e tendo o rural como espaço de cultura, de sociabilidade, de desenvolvimento da cooperação e do associativismo rural.

Nos Planos de Ações apresentados ao INCRA para concorrência na chamada pública de 2014, a COPTEC aponta que o principal desafio do trabalho de ATES para o próximo período é a redução da pobreza nos assentamentos, afirmando que “ainda existe um número considerável de famílias dependentes de políticas públicas compensatórias”. Segundo os documentos apresentados,

é inadmissível que uma família assentada, com acesso a terra e aos recursos naturais que esta suporta, com disponibilidade de força de trabalho na

¹⁴ Pesquisado em: www.atesrs.com.br, dia 16-05-2015.

família, não seja capaz de resolver o problema da soberania alimentar e assim da reprodução da força de trabalho da família.

Sem querer descartar a importância deste tipo de política, fica claro a concepção da cooperativa de que a redução da pobreza passa pelo debate da dimensão do trabalho, portanto, da produção de alimentos para o autoconsumo e da geração de renda.

As propostas apresentadas nos planos de ação para a concorrência pública apresentaram objetivos e ações diferenciadas para o trabalho na área social em cada NO. Dois planos de ação não apresentaram linhas específicas para a área social. Entre as ações ou eixos propostos, a questão “organizativa”, ou de criação e fortalecimentos dos grupos está presente em todos os planos de ações.

A conquista da terra transforma o espaço territorial do Assentamento em um lugar com uma identidade que se constitui na luta por direitos, condições dignas de moradia, alternativas de renda, através do processo organizativo e participativo de acesso a saúde, educação, moradia e da construção de relações sociais mediadas pela cooperação e sociabilidade.

As questões de gênero, saúde e educação também são prioritárias para a ação social. Com uma clara inclinação para a priorização dos grupos de mulheres e o debate da questão de gênero e o trabalho com as escolas. Alguns NOs apresentam somente proposta de inclusão produtiva ou de estruturação, todas focadas na renda.

Outros núcleos abordaram, além dos temas colocados acima, a questão da documentação pessoal, o incentivo à alimentação de qualidade visando a promoção da saúde – segurança alimentar, o saneamento básico e ao destino adequado do lixo, a valorização dos espaços coletivos de convívio e lazer, estimular a compreensão dos direitos especiais de crianças, jovens e idosos, e a cooperação agrícola e a autogestão.

Alguns NOs apresentam propostas bem específicas, por vezes não inseridas nas estratégias citadas anteriormente, ou então sem foco estratégico específico, como os cursos de artesanato para grupos de mulheres.

A COPTEC, como entidade ligada ao MST apresenta suas concepções ligadas às linhas políticas do mesmo, e assim como a luta política, as concepções sobre a ATES mudaram de acordo com o período histórico. Especificamente sobre a dimensão social, a COPTEC acredita que a atuação neste campo deve se der a partir da dimensão do trabalho, da renda e da organização social, ou seja, as famílias precisam estar organizadas e inseridas em rotas produtivas para terem melhores condições sociais nos assentamentos.

Do total de ações coletivas realizadas pelas equipes técnicas da COPTEC e lançadas no SAMA de 2009 a 2014, 09% delas foi lançada com temas relacionados ao social, foram relatados temas como: social, saúde, educação, artesanato, mulheres, organização social, cooperativismo e associativismo, jovens/juventude, além de seus derivados, como trabalhos com as escolas, promoção e prevenção de saúde, gênero, etc. Ao selecionar no SAMA as ações lançadas com o tema social esse percentual cai para 3% do total de ações coletivas executadas nestes anos.

Com relação às ações individuais, ou as visitas, 21% do total de visitas realizadas pela EMATER nesses anos foram lançadas com o tema Social. O tema da pobreza, ou superação da pobreza, assim como nos dados da EMATER não parece nos relatos das ações realizadas.

3.4 O CETAP e a Agroecologia

O CETAP é uma organização da sociedade civil criada em 1986 por agricultores, técnicos e movimentos sociais. No programa de ATES o CETAP está contratado para assessorar o NO Vacaria, que abrange 336 famílias, em 12 assentamentos localizados em 11 municípios distribuídos nas regiões: Planalto, Campos de Cima da Serra e Serra Gaúcha. Para isso dispõe de 5 técnicos, sendo 3 técnicos agrários e dois técnicos da área social (um nível médio e um nível superior).

Tem como missão¹⁵ “contribuir para a afirmação da agricultura familiar e suas organizações, particularmente atuando na construção da agricultura sustentável com base em princípios agroecológicos”.

Segundo documentos, a criação do CETAP foi motivada pela necessidade de implantação de uma nova proposta de agricultura para os agricultores familiares e camponeses do norte e noroeste do RS, pois na década de 80 eram as regiões que mais sofriam com as conseqüências negativas da “modernização” da agricultura. Seus princípios e métodos são fortemente embasados na agroecologia, visando o desenvolvimento sustentável no espaço rural e com foco bem definido nas propostas tecnológicas e de organização social, principalmente para a construção de espaços de

¹⁵ Pesquisada em: http://cetap.org.br/?page_id=282, no dia 23/05/2015.

comercialização de produtos ecológicos. O CETAP tem como um dos objetivos, além da implantação de uma nova agricultura, prestar serviços de educação e assistência especialmente a setores carentes da sociedade.

Para o contrato de 2014 no Programa de ATES, boa parte das propostas em seu plano de ações foi em torno da produção agropecuária e do fortalecimento da comercialização. Ao tratar do método de ação da equipe, a proposta é calcada no uso de metodologias participativas, porém bastante voltada para as questões técnico produtivas, embora cite o social com uma dos pilares da agroecologia.

Alguns itens propostos dialogam com a temática social proposta pelo programa: “inclusão produtiva” que visa a inclusão de famílias em situação de vulnerabilidade social¹⁶ e indica um público preferencial a ser atendido pela equipe de ATES, o trabalho com grupos de mulheres e jovens também aparece como estratégia da entidade para trabalhar questões de inclusão produtiva; trabalho em escolas e gestão ambiental e sustentabilidade, onde estão previstas ações de saneamento e qualidade de água pra consumo humano.

Em entrevista, o coordenador técnico da organização apontou que as ações sociais propostas pelo CETAP visam a melhoria da qualidade de vida e isso se traduz em:

“trabalhar visando a melhorar a qualidade e a diversidade da alimentação das famílias, buscar estabelecer relações mais harmônicas dentro do ambiente familiar e buscar a saúde dos indivíduos”.

Também coloca que para cumprir com esses objetivos é necessário uma equipe preparada, com formação profissional e experiência e mecanismos metodológicos adequados. Afirmou que para o trabalho com a agroecologia o público preferencial são os grupos de mulheres.

O CETAP tem buscado atuar no fortalecimento de grupos de mulheres, e tem esse público como preferencial para o trabalho da ATES. A partir do contrato de 2014 e com a inserção de um técnico social de nível superior tem intensificado as análises e planejamentos na área social.

A concepção do CETAP sobre a dimensão social da extensão rural está fortemente alicerçada nos princípios da agroecologia, ou seja, o social como um pilar desta para atuação técnica. Vista desta forma, as ações sociais podem ficar diluídas em

¹⁶ As mesmas famílias beneficiadas pelo Projeto “Quintais Sustentáveis”.

meio às questões produtivas e de incentivo à comercialização que ainda continuam sendo prioritárias.

Das ações coletivas realizadas pela equipe técnica do CETAP e lançadas no SAMA de 2009 a 2014, 10% delas foi lançada com temas relacionados ao social, ou seja, foram relatados temas como: social, saúde, educação, grupos de mulheres, organização social, cooperativismo e associativismo, jovens/juventude, além de seus derivados, como trabalhos com as escolas, promoção e prevenção de saúde, gênero, etc. O CETAP não possui lançamento de atividades coletivas na opção “Social”, confirmando a tendência no tratamento do tema como base de princípios da Agroecologia. Com relação às ações individuais, ou as visitas, 17% do total de visitas realizadas pela EMATER nesses anos foram lançadas com o tema Social.

Também não parece o tema da pobreza, ou superação dela nos anos de 2009 a 2012. A maior parte das ações é de organização social de grupos, principalmente para produção ou comercialização.

Analisando os documentos de planejamento do NO para os anos de 2013 e 2014, percebe-se um aumento no número de atividades na área social (organização social, grupos de mulheres e de jovens, saúde), a equipe trata a população em situação de pobreza, as mulheres e os jovens como públicos prioritários e insere estes no planejamento estratégico. Isso pode ser devido ao fato da atuação de uma profissional do Serviço Social inserida na equipe a partir de 2013, e da internalização por parte da equipe da importância dessas ações num contexto mais estratégico da atuação naquele NO.

Considerações Finais

De forma geral, existe uma seqüência de ações e atividades pensadas e executadas no âmbito do Programa de ATES na área social com objetivos e diretrizes definidas pelos documentos base da política pública e debatidas nas instâncias de gestão e participação do programa, espaços de capacitação, equipes técnicas e equipe de assessores técnicos pedagógicos.

Segundo a política e de ATER e o Programa de ATES a ação social proposta no contexto de desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária não deve se deter somente à questões assistenciais da vida cotidiana das famílias, e sim contribuir com estratégias mais duradouras, como as de: inclusão social e produtiva e superação da pobreza; a promoção da organização social e da participação das famílias em diferentes espaços de construção de políticas públicas; superação das desigualdades de gênero e promoção da participação de jovens; promoção de ações de valorização cultural, esporte e lazer.

Contudo, as entidades executoras de extensão rural no programa de ATES expressam dificuldades em orientar as ações que busquem resultados para além dos quantitativos de produtividade. A priorização das ações é para as atividades produtivas, mesmo quando orientadas sobre o prisma da agroecologia, no o caso do CETAP por princípios de trabalho com a agricultura familiar, da EMATER pela orientação dos documentos, já no caso da COPTEC como linha política de inclusão produtiva. Nos três casos existe uma dificuldade em transpor o discurso para as práticas no trabalho com os assentamentos.

A fragmentação de ações de extensão na área social, ambiental e produtiva sem definição de prioridades, ou seja, sem estar locada numa proposta de desenvolvimento local baseado em premissas já discutidas anteriormente, ainda está presente nas ações dos técnicos.

Outro fator é que as prestadoras de serviços seguem orientações políticas de acordo com sua origem, missão e objetivos. Isso pode determinar os princípios orientadores da ação extensionista e sobretudo, a concepção e priorização ou não da dimensão social na ATES.

A EMATER, com inclinação clara às ações de bem estar historicamente enraizadas nas ações da área social, pode tender a ações pontuais ou reforçadoras de problemas sociais, como a questão de gênero. Por outro lado, essas mesmas ações, se orientadas por princípios previstos nos documentos elaborados podem ter resultados bastante satisfatórios com relação à geração de renda e autonomia de grupos de mulheres.

A perspectiva do trabalho e da organização social e política pautada pela COPTEC, por vezes, parece deixar de lado públicos que não respondem às demandas técnicas, como a população em situação de pobreza. Por outro lado traz debates

históricos como a questão de gênero, a saúde e a educação, e a importância de uma estrutura mínima nos assentamentos para garantir a reprodução social das famílias.

Já o CETAP, tendo a ação social como pilar da agroecologia traz em seus documentos uma clara inclinação ao trabalho tecnológico ou produtivo, priorizando também públicos que respondem tecnicamente. Por outro lado tem propostas na área de organização social, e tem avançado no sentido de priorizar os grupos de mulheres.

Os ATPs tende a colocar a dimensão social pautados pela política de ATER e análise do rural brasileiro a partir das transformações nas últimas décadas e no sentido de estimular a execução de ações estratégicas que busquem a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas, porém sem descartar algumas demandas assistenciais do cotidiano da vida as famílias. Também foram responsáveis por trazer os debates para o programa de ATER, além de organizar e sistematizar os documentos sobre o tema. O INCRA é bastante influenciado por essa concepção, e se pauta no que está colocado nos documentos das políticas.

O projeto “Quintais sustentáveis” – proposta criada visando a inclusão produtiva de famílias em situação de pobreza, que inicialmente enfrentou certa resistência por parte do movimento social, está sendo implementado pelas equipes através de meta contratual. A questão que fica é: será que se não fosse meta contratual estaria nos planos das equipes? Mesmo o contrato de ATER de 2014 priorizando este público e tendo o projeto como suporte estrutural ainda não existe estratégias consistentes de trabalho com essas famílias.

Outra questão analisada é que as ações (cursos, encontros, oficinas, etc.) sociais na maioria dos casos são tidas como fins e não como meios de alcançar resultados mais duradouros ou estratégicos. Nesse sentido, há a necessidade de aprofundar análises e diagnósticos, melhorar os planejamentos, de modo que o social e produtivo não sejam junção de ações, mas que sejam meios para uma estratégia mais “ampla” de desenvolvimento dos assentamentos.

O Programa de ATER do RS tem dado passos significativos no sentido de atender demandas e qualificar a metodologia de execução das ações, envolvendo diferentes agentes nesta construção e buscando, além dos conteúdos produtivistas, trabalhar com questões ambientais e sociais.

Porém, as diferentes concepções podem interferir nos rumos das ações pensadas estrategicamente no Programa, já que estes são construídos em conjunto com as

prestadoras e, por causa das diferenças, nem sempre essas ações se traduzem em resultados nos assentamentos. Em princípio, todos os agentes do programa estão de acordo com os objetivos e diretrizes da PNATER, e como ele é construído em conjunto, o desafio é traduzir estratégias do programa com base nesse princípios para as ações de fato, diminuindo a ação fragmentada das equipes e inserindo o social num contexto mais estratégico em cada NO. Avançar na capacidade de análise das realidades dos assentamentos e planejar de forma que a dimensão social não seja um assessorio de contrato, mas uma estratégia de desenvolvimento dos assentamentos.

Parece que com o desafio de atender a complexa realidade do rural brasileiro, além de mudanças de cunho metodológico ou tecnológico, também são necessárias mudanças na definição e priorização de conteúdos a serem trabalhados de acordo com cada realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assessoria Técnica e Extensão Rural – PNATER**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília, 2005.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: base conceitual para uma nova extensão rural**. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, vol. 01, n. 1, p16-37, 2000.

DALBIANCO, V. P. A construção de uma extensão rural diferenciada para as famílias assentadas: o Programa da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) no RS. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – PPGExR - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

DALBIANCO, V. P.; NEUMANN, P. S. Inovações institucionais na ATES no Rio Grande do Sul. In: DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. (Org.) **Extensão rural no contexto do pluralismo institucional: reflexões a partir dos serviços de ATES aos assentamentos da reforma agrária no RS**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 203-230.

DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SILVEIRA, P. R. C.; FROELICH, M. Entendendo a diversidade e superando a fragmentação extensionista. In: TOMAZZINO, H.; HEGEDÚS, P. (Org.) **Extensión: Reflexiones para La intervencion em el médio rural**. Uruguay: Ed. Universidad de La Republica, 2006, p. 31 a 44.

DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; GARCIA, . V. **Por que a “nova ater” não sai do papel ? Uma experiênciad os alunos do projeto residência agrária.** In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia. Londrina / PR, julho de 2007.

DIAS, M. M. **Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades.** Revista Perspectivas em Políticas Públicas. Belo Horizonte. Vol. 1. Nº. 1. P. 101-114. Jan/Jun 2008.

EMATER/ RS. **Marco Referencial para as ações sociais da EMATER/ASCAR.** Porto Alegre, 2002.

EMATER/MG. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável.** Belo Horizonte, 2006.

GRAZIANO, J. S. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1981. (cópia xerocada)

GRAZIANO, J. S. **O novo rural brasileiro.** Revista Nova economia, Belo Horizonte. 7(1):43-81 (maio de 1997).

GRAZIANO, J. S. **Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento?.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001.

KAGEYAMA, A.; LENONE, L. E. **Uma tipologia dos municípios paulistas.** Instituto de Educação/Unicamp: 1999. Disponível em: (www.eco.unicamp.br/publicacoes).

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Manual Operacional de ATES,** 2008. Brasília, 142 p.

MOREIRA, R. J. **Metodologias da reforma agrária: o Censo e o Projeto LUMIAR.** Revista Estudos Sociedade e Agricultura, n. 8, abril 1997: 163-177.

PICCIN, M. B. **Assentamentos rurais e geração de renda: posição social restringida, recursos socioculturais e mercados.** In: Revista Economia e sociedade. Campinas, v. 21, n. 01 (44), pag. 115 a 141, abril de 2012.

RODRIGUES, C. M. **Conceito de Seletividade de Políticas Públicas e sua Aplicação no Contexto da Política de Extensão Rural no Brasil.** In: Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997.

SCHNEIDER, S. **As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas.** Revista Redes, Santa Cruz do Sul - RS, v. 9, n. 3, p. 75-109, 2005.

SILIPRANDI, E. **Desafios para a extensão rural: o “social” na transição agroecológica.** In: Revista Agroecologia e Desenv. Rural Sustentável, Porto Alegre/RS, v. 3, n. 3, jul/set 2002.

SILVA, A. G., ARAÚJO, J. P. **O dilema da assessoria em assentamentos rurais: entre o ideal concebido e o ideal praticado.** Revista Extensão Rural, DEAER/PGEExR – CCR – UFSM, Ano XV, Jan – Jun de 2008.

STÉDILE, J. P. **Agroecologia e os movimentos sociais no campo.** In: Agricultura familiar camponesa na construção do futuro / Paulo Petersen (org). Revista Agriculturas: experiências em Agroecologia. Edição Especial. Rio de Janeiro: ASPTA, 2009.

STÉDILE, J. P (Org.) **A questão Agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500 – 1960.** 1ª edição, São Paulo, Expressão Popular, 2005.

WANDERLEY, M. N. B. **O Agricultor Familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro.** In: Agricultura familiar camponesa na construção do futuro / Paulo Petersen (Org). Revista Agriculturas: experiências em Agroecologia. Edição Especial. Rio de Janeiro: ASPTA, 2009

ZARNOTT, A. V; DIESEL, V. CARMO, L. E. A.; MORAES, C. S. **Contratando Serviços de ATEs: O desafio da elaboração de metas contratuais.** In: DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. (Org.) **Extensão rural no contexto do pluralismo institucional: reflexões a partir dos serviços de ATEs aos assentamentos da reforma agrária no RS.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 159-185.

ZARNOTT, A. V; DALBIANCO, V. P.; NEUMANN, P. S; FIALHO, M. A. V. **Avanços e retrocessos nas políticas de extensão rural: análise crítica sobre a ANATER.** Artigo aprovado para apresentação no 53º Congresso da SOBER, Paraíba, 2015.